

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO CEARÁ - SEJUS
ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO**

**CURSO: ESPECIALIZAÇÃO EM EJA PARA PROFESSORES DO SISTEMA
PRISIONAL**

ÂNGELA MACIEL AMÂNCIO PINHEIRO

**ALFABETIZAÇÃO DOS PRIVADOS DE LIBERDADE:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA LUZ DO SABER**

FORTALEZA

2012

ÂNGELA MACIEL AMÂNCIO PINHEIRO

ALFABETIZAÇÃO DOS PRIVADOS DE LIBERDADE:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA LUZ DO SABER

Monografia apresentada como exigência parcial para a conclusão do curso Especialização em EJA para Professores do Sistema Prisional, Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização À Universidade Federal do Ceará – UFC, sob a orientação do Prof. Ms. Ronaldo de Sousa Almeida.

FORTALEZA

2012

Ficha catalográfica

PINHEIRO, Ângela Maciel Amâncio.

Alfabetização dos privados de liberdade: Uma análise do programa Luz do Saber
FORTALEZA, 2012.

44 FOLHAS.

Monografia Apresentada Para A Conclusão do Curso de
Especialização em EJA para Professores do Sistema Prisional
Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização
Pela Faculdade Universidade Federal do Ceará, 2012.

Área de atuação: Pedagogia

Orientador Prof. Ms. Ronaldo de Sousa Almeida.

ÂNGELA MACIEL AMÂNCIO PINHEIRO

ALFABETIZAÇÃO DOS PRIVADOS DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE DO
PROGRAMA LUZ DO SABER

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na Biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ___/___/_____

Prof. Ms. Ronaldo de Sousa Almeida
(Orientador)

Ângela Maciel Amâncio Pinheiro
(Orientanda)

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Profª Drª Maria José Barbosa
Coordenador Pedagógico

Dedico este trabalho a todos que como eu acredito que a Alfabetização dos Privados de liberdade na IPF anda junta e tornam-se as chaves que abrem portas para a ressocialização desses privados de liberdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder fé, esperança e entusiasmo.

A meus filhos Gabriel e Vitória pela compreensão e o apoio.

A meu marido por me amar incondicionalmente e a me ajudar no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Ronaldo pelas orientações e estímulos a não desistir, me fazendo ver que sou muito capaz.

A minha amiga Dórys pela força, palavras de conforto e inteligência que a mim dedicou.

A todos que, de alguma forma me auxiliaram, principalmente a meus educandos privados de liberdade e pelas experiências vividas com eles.

“Quem disse que o educador não tem a responsabilidade de ensinar, é demagogo ou mente ou é incompetente... Mas a questão é saber se o acto de ensinar acaba por si só ou, se pelo contrario, o acto de ensinar é apenas um momento fundamental da aprendizagem...”

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente monografia busca investigar a alfabetização dos privados de liberdade e um análise do programa Luz do Saber onde tem como objetivo principal oferecer recursos que contribua para o processo de alfabetização de jovens e adultos. Discute as possibilidades de utilização da informática educativa na alfabetização e inclusão digital - (ID) de jovens e adultos analfabetos. A proposta política pedagógica de Paulo Freire e as contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberoski como referenciam teórico metodológico para o desenvolvimento de suas atividades. O estudo dessa pesquisa é voltado para os privados de liberdade, a qual ainda está construção, a utilização do programa Luz do Saber. Essa perspectiva de fundamentação do processo ensino-aprendizagem toma a realidade econômica, social e cultural do grupo que se ira trabalhar, como eixo norteador e fomentador do processo pedagógico. O software possibilita aos docentes construir e desenvolver suas próprias atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Leitura. Prisão. Liberdade.

ABSTRACT

This monograph investigates the literacy deprived of freedom and an analysis of the program's Light Saber which has as main objective to offer features that contribute to the process of literacy for youth and adults. We discuss the possibilities of use of informatics education in literacy and digital inclusion - (id) youth and adult illiterates. The proposed pedagogical policy of Paulo Freire and the contributions of Emilia Ferreiro and Ana Teberoski as methodological theoretical reference for the development of their activities. The study of this research is targeted to deprived of freedom, which is still building, using the program's Light Saber. This perspective of reasoning in the teaching-learning process takes the economic realities, social and cultural group that will work as a guideline developers and the educational process. The software enables teachers to build and develop their own activities.

KEYWORDS: Education. Reading. Prison. Freedom.

Angela Maciel Pinheiro Amancio degree in Pedagogy from the University Acaraú Valley (UVA) Sobral, currently plays in the Prison System teaching activities of Ceará. (angelapr@hotmail.com)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	11
1. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ESPAÇO PENITENCIÁRIO -----	15
1.1. Educação como prática de liberdade-----	18
1.2. A relação Professor/ Educando e o papel transformador da educação-----	21
1.3. Professor/ Educando: a aventura de desafiar e de ser desafiados-----	23
2. A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS EDUCANDOS PRIVADOS DE LIBERDADE -----	25
2.1 Desenvolvimento histórico da EAD -----	26
2.2 As TICs e a EAD no sistema penitenciário -----	28
2.3 O programa luz do saber-----	29
2.4 Letramento digitais: escrita tecnológica-----	31
2.5 Hipertextos-----	32
3. A PEDAGOGIA FREIRIANA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O PROJETO LUZ DO SABER E SEU SOFTWARE EDUCATIVO -----	34
ASPECTOS CONCLUSIVOS -----	38
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS -----	40
ANEXOS -----	43

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo fazer uma análise sobre a educação no sistema penitenciário e as relações que existem entre o direito à educação e a alfabetização dos privados de liberdade, uma massa de jovens e adultos que, por motivos variados, não estudaram em suas faixas etárias para educação em regime regular. Não podemos falar desse público-alvo sem mencionarmos a Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade na qual exercemos nossas atividades docentes com esse público privado de liberdade. A crise no Sistema Penitenciário brasileiro, pelo autoíndice de reincidência criminal, pela superlotação, alfabetismo e pelo tratamento desumano despertou-me a curiosidade de abordar em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o papel do alfabetizador na visão dos educandos privados de liberdade.

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em sua resolução 1990/20 de 24 de maio de 1990 recomendou, entre outras coisas, que todos os reclusos devam gozar de acesso à educação, com inclusão de programas de alfabetização, educação básica, formação profissional, atividades recreativas, religiosas e culturais, educação física e desporto, educação social, ensino superior de serviços de biblioteca (ONU e UNESCO, 1994, p.1).

Nas ideias de Freire: “A alfabetização consiste em possibilitar inicialmente a leitura de mundo e depois a leitura da palavra” (Freire. 1996.p.98). Alfabetizar a partir das ideias freirianas é pensar a prática pedagógica, a relação educador e educando numa perspectiva dialógica e participativa e fortemente contrária as relações verticalizadas impostas em prática tradicional. É com objetivo de alfabetizar que buscamos investigar como acontece a alfabetização para os privados de liberdade, tendo em vista que a educação e profissionalização dos sentenciados são condições imprescindíveis para sua reinserção no mundo do trabalho e o convívio social.

Neste trabalho procuramos aprofundar as possibilidades de utilização da informática educativa na alfabetização e inclusão digital - (ID) de jovens e adultos, ainda analfabetos, dentro do sistema prisional. Para tanto, foi adotada a proposta política pedagógica de Paulo Freire e as contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberoski como referências teórico metodológicas para o desenvolvimento de suas atividades. O estudo dessa pesquisa é voltado para os privados de liberdade, para os quais ainda está em construção a utilização do Projeto Luz do Saber. Na Cadeia de Maracanaú, já foi iniciado o programa, mas devido a mudanças no quadro de professores daquela unidade prisional, o projeto foi interrompido. Nas demais unidades, está previsto para ser iniciado em janeiro de 2013, logo após uma capacitação aos professores alfabetizadores e que devem por em prática o projeto.

O software possibilita aos docentes construir e desenvolver suas próprias atividades. O software é dividido em dois módulos: o primeiro é composto por 10 atividades de ID que visa trabalhar o uso do mouse e do teclado. O segundo, por sua vez, contém 17 aulas com 170 atividades voltadas à alfabetização. As aulas serão organizadas nos estabelecimentos penais do Ceará, sendo a Secretária de Educação do Ceará - (SEDUC) e Secretária de Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS), os dois órgãos governamentais responsáveis por essa realização.

O programa Luz do Saber, em uma unidade prisional, se apresenta como uma grande conquista para aquelas pessoas que estão privados de liberdade: ter o privilégio de ser alfabetizada na cultura digital. Portanto, as educandas irão ter a possibilidade do primeiro contato com a tecnologia. Atualmente, desenvolvo minhas atividades docentes no Instituto Penal Desembargador Auri Moura Costa (IPF), e em conversa informal com algumas educandas, falei sobre o Projeto Luz do Saber. Percebi naquelas educandas a satisfação, alegria, interesse e a vontade da busca pelo conhecimento, a esperança e a perspectiva de uma vida digna e melhor.

Sabemos que o educador é uma figura que possui autoridade para conduzir o processo educativo e fazer com que seus educandos venham a se interessar por algumas metodologias novas, muitas vezes funciona como um desafio, porém devemos ter cuidados para não exercermos autoritarismo, nem imposição arbitrária, principalmente quando o assunto é tão novo, como o projeto Luz do Saber, o qual está sendo implantado no sistema prisional como um grande desafio no processo de

alfabetizar. Devemos basear nossa prática pedagógica numa relação dialógica, só desta forma iremos entender o pensamento e compreender as dificuldades para o desenvolvimento de nossos educandos.

Refletindo sobre a realidade em que leciono, no espaço prisional, o professor não está em uma sala de aula apenas para dar conteúdos, mas para levantar a autoestima do educando, fazer sentir-se importante, culto, ouvi-los, conhecer sua história de vida, e, a partir dessa conversa informal, é que irei fazer uma tempestade de ideias dentro da realidade delas como, por exemplo, trabalho com a palavra geradora.

Elionaldo Fernandes Julião (1993) ao investigar o papel da educação como programa de reinserção social na política de execução penal, parte da reflexão que define a hipótese de que, no que concerne à reinserção social, a educação pode vir assumir o papel de destaque, pois, além dos benefícios da instrução escolar, o privado de liberdade pode vir a participar de um processo de mudança capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação do senso crítico, principalmente resultando no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária.

Na Lei de Execução Penal - LEP (1984) a educação no Sistema Penitenciário é uma atividade obrigatória, com vistas na possibilidade de reinserção social do sujeito privado de liberdade. Mesmo que os espaços destinados à sala de aula nas prisões sejam disputados pelos internos, poucas vezes a escola é procurada para os fins de estudos. O clima e o tratamento são punitivos, de cunho autoritário. Dessa forma, é desafiador que a escola passe a ser um espaço onde é permitida a expressão, falar de si, ouvir novas ideias, ter relação menos vigiada, se configurar como um espaço prisional menos autoritário, que valoriza o sujeito independente do crime cometido. Não há dúvidas de que o grande passo para a tão sonhada ressocialização acontece a partir da escola.

A educação no sistema Penitenciário para atender ao propósito de reinserção social deve ser comprometida com o sujeito, comprometida também com órgão de autoridade que permitisse ao sujeito privado de liberdade uma educação integral que o forme em sua totalidade permitindo ao educando agir com criticidade,

possibilitando a sua libertação, autonomia e independência. Acreditamos como Onofre (2007):

“...que a escola, embora em um espaço repressivo, o professor mantém na sala de aula a valorização da dimensão social e afetiva no relacionamento com os alunos, uma vez que a riqueza da relação pedagógica fundamenta-se, independentemente do espaço em que a escola esteja inserida, nas formas dialógicas de interação.”

(ONOFRE, p.26.2007).

Toda pessoa privada de liberdade, de uma forma ou de outra se omitiu, se nega aceitar e cumprir com as convenções e regras sociais. As regras impostas e determinadas pela sociedade, nem sempre são cumpridas por estes educandos. Desta forma, a discussão e inclusão das mesmas na prática pedagógica, é um elemento bastante importante e imprescindível.

A seguir, a monografia segue estruturada da seguinte forma: no primeiro momento trazemos a importância do papel da educação no espaço penitenciário. Já no segundo, traçamos a tecnologia da informação e comunicação no processo de alfabetização dos privados de liberdade. E, no último, tentamos traçar um perfil a pedagogia freiriana na educação à distância através do Projeto Luz do Saber e com software educativo.

1. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ESPAÇO PENITENCIÁRIO

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em resolução 1990/20, de 24 de maio de 1990, recomendou, entre outras coisas, que todos os reclusos deviam gozar de acesso à educação, com inclusão de programas de alfabetização, educação básica, formação profissional, atividades recreativas, religiosas e culturais, educação física, educação social e ensino superior de serviços de biblioteca.

(ONU E UNESCO, 1994, p.1).

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto “c” do parágrafo 1º do artigo 9º da Lei nº 4.024/61 com a relação dada pela Lei nº 9.131/95, nos artigos 36, 36-A, 36-B, 36-C, 36-D, 37, 39, 40 e 42 da Lei nº 9.394/96 com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, bem como no Decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 4/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro da Educação, publicado no Diário Oficial da União - DOU de 7 de maio de 2010, os seguintes:

O Ministério da Educação e da Justiça reconhecendo a importância da educação para os privados de liberdade, a qual teve início em 2005, com uma proposta de articulação Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário, formando Diretrizes Nacionais. A referida proposta, apoiada pela UNESCO, culminou em 2006 com o I Seminário Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário. Tornando, assim, a educação no Sistema Penitenciário uma atividade obrigatória, prevista na LEP (1984) com vistas na possibilidade de reinserção social do sujeito privado de liberdade conforme vemos nas considerações a seguir:

- Considerando as responsabilidades do Estado e da Sociedade para garantir o direito à educação para jovens e adultos nos estabelecimentos penais e a necessidade de normas que regulem sua oferta para cumprimento dessas responsabilidades;
- Considerando as propostas encaminhadas pelo Plenário do I e II Seminários Nacionais nas Prisões;

- Considerando a Resolução nº 3, de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimento penais,
- Considerando o Protocolo de Intenções firmado entre os Ministério da Justiça e da Educação com o objetivo de fornecer e qualificar a oferta de educação em espaços de privação de Liberdade;
- Considerando o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE) sobre educação em espaços de privação de liberdade;
- Considerando que o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios da Educação e da Justiça tem a responsabilidade de fomentar políticas públicas de educação em espaço de privação de liberdade, estabelecendo as parcerias necessárias com os Estados, Distrito Federal e Municípios;
- Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 7.210/84, bem como resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994, do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária, que fixou as Regras Mínimas para o tratamento o Preso no Brasil;
- Considerando o que foi aprovado pelas Conferências Internacionais de educação de Adultos (V e VI CONFITEIA) quanto “preocupação de estimular oportunidades de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos”, por meio do Plano de Ação para o futuro que garante o reconhecimento do direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas, proporcionando-lhes informações e acesso aos diferentes níveis de ensino e formação;
- Considerando que o projeto “Educação para Liberdade”, fruto de parceria entre os Ministérios da Educação e da Justiça e da Representação da UNESCO no Brasil constitui referência fundamental para o desenvolvimento de uma política pública de educação no contexto de privação de liberdade, elaborada e implementada de forma integrada e cooperativa, representada novo paradigma de ação a ser desenvolvido no âmbito da Administração Penitenciária;
- Considerando, finalmente, as manifestações de contribuições provenientes da participação de representantes de organizações governamentais e de entidade

sociedades civil em reuniões de trabalho e audiências públicas promovidas pelo Conselho Nacional de Educação;

Os Estados e o Distrito Federal deverão contemplar no seu planejamento a adequação dos espaços físicos e instalações disponíveis para implementação das ações de Educação de forma a atender às exigências no estabelecimento penais.

A educação aos privados de liberdade é um dos meios de garantir a integração social e a aquisição de conhecimentos que permite ao encarcerado assegurar um futuro mais digno quando estiverem em liberdade. Os agentes penitenciários que contribuem com a educação e que acreditam na ressocialização como forma de inserção, um deles argumenta: “[...] somente através da educação, através do ensino formal e informal, que nós vamos conseguir integrar esses homens a sociedade” (agente penitenciário).

As ações educativas exercem uma influência edificante na vida do interno, para o qual desenvolve projetos criando condições que moldem sua identidade, buscando, principalmente, compreender o indivíduo social, construir e definir caminhos para a sua vida em sociedade. Portanto, assim deve existir educação escolar e educação profissional dentro do espaço carcerário como política de execução penal. Hoje também defendemos que deve existir uma proposta política-pedagógica orientada na socioeducação, cujo objetivo seja proporcionar ao privado de liberdade o convívio social.

Recente publicação produzida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (apud Costa, 2006a) direcionada à área socioeducativa, define-a intitulada Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa definem a socioeducação como educação para socialização, o caminho do desenvolvimento pessoal e social, ou seja, preparar o indivíduo para avaliar soluções e tomar decisões corretas em cima de valores: Aprender a ser e conviver. Compreender que a educação deve garantir a seguinte competência: pessoal (relaciona-se com a capacidade de conhecer a si mesmo, compreender-se, aceitar-se, aprender a ser), Social (capacidade de relacionar-se de forma harmoniosa e produtiva com outras pessoas, aprender a conviver), Produtiva (aquisição de habilidades necessárias para se produzirem bens e serviços, aprender a fazer) e

cognitiva (adquirir os conhecimentos necessários ao seu crescimento pessoal, social e profissional, assegurar a empregabilidade e/ou a trabalhabilidade).

1.1 Educação como prática de liberdade

Ao mencionarmos a educação como prática de liberdade, estamos a nos referir à liberdade de pensamento, de criticidade, de desenvolvimento das ideias e outros. Nossos educandos acham que, por estarem encarcerados, não tem essa liberdade de pensamentos.

A educação tem o dom de fazer as pessoas pensarem diferente, ministrando o senso crítico, desenvolvendo suas habilidades. O educador que acreditar no potencial do educando na transformação social e individual no processo educativo, desenvolve no educando buscar conhecimentos, superar as dificuldades e superar-se a si próprio. A partir do momento que nossos educandos desenvolvem qualquer tipo de leitura seja visual ou processual e se coloca nela é que nos detectamos fazendo um diagnóstico de aprendizagem. Nas turmas da alfabetização e ensino fundamental fazemos esse diagnóstico para detectar qual a hipótese mais adequada para facilitarmos a aprendizagem. O educando privado de liberdade precisa da educação para mobilizar-se para uma inserção social, com compreensão crítica, nesta condição.

A Liberdade se inicia a partir do entendimento, sendo possível iniciar um processo educativo que avalie as condições ou os fatores que levam o privado de liberdade à sua privação de liberdade. A consciência do sentenciado sobre os erros que cometeu e os danos que causou a sua vida e à sociedade são de fundamental importância para que o processo educativo se estabeleça.

A educação por ser propícia aos seres humanos é uma forma específica de melhorar as ações no contexto escolar no qual estão inseridos. Segundo Freire:

“A educação que desvestida da roupagem alienada e alienante, seja de uma força de mudança e libertação [...] Educação para o homem-objeto ou para o homem-sujeito”.

(FREIRE, 2009, p.44).

A educação tem o potencial de transformar o indivíduo e social em um ser crítico e pensante, porém, o educador deve trabalhar com resgate à identidade, às habilidades, à autoestima e no meio em que se vive dentro da sua realidade. Segundo FREIRE 2009:

“É fundamental, contudo, partirmos de que o homem ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo”.

(FREIRE, 2009, P.47).

No processo educativo, o ser humano dialoga sobre a sua condição no mundo dos seus atos e procedências. A sensibilização e as questões morais e éticas permeiam a condição de educadores no espaço penitenciário. Para Freire (2009),

“O ser humano que se educa aprende a convencer e converter o seu oponente. “O sectário nada cria porque não ama. Não respeita a opinião dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo”

(FREIRE, 2009, p. 59).

Ao acreditar que pode e deve, o sujeito, integrar com outros sujeitos, modificar comportamentos e aprender novas formas de vida trazidas pela aprendizagem, o educando do sistema penitenciário se motiva, demonstra interesses e se responsabiliza para acelerar as transformações em sua vida. Percebe que em cada dia se aprende a aprender suas lutas, limitações, sonhos e objetivos e, nessa perspectiva, pode modificar o rumo de sua história. Aos poucos, passa a reconhecer seus atos e posturas assumindo os erros, mas com a esperança de resgatar sua história de vida.

Nas unidades prisionais em que exercêssemos nossas atividades docentes é bem notório o descaso no tratamento (em todos os sentidos) a que são submetidos os reclusos. Isso nos leva a pensar que ainda guardam-se resquícios do período colonial, na qual as pessoas eram proibidas de falar, de expressar suas ideias, de ser livres, na qual o poder exacerbado se sobrepôs à voz e a vez de cada sujeito, incapaz de se autoafirmar e contribuir com suas ideias. Os educandos que se encontram privados de sua liberdade apresentam estes aspectos. A falta de oportunidades e a discriminação os fizeram expressar-se de forma brutal e violenta

destruindo sua própria vida, atingindo um foco que nem sempre é o merecido, porém funciona como um pedido de socorro diante da falta de oportunidade e espaço na vida social. Assim, não satisfeitos com as relações escolares e sociais que se apresentaram, buscaram caminhos em que a força se expressa sem condições de responsabilidade e justiça de seus atos.

Baseado nessas reflexões, o poder público e a sociedade precisam dar oportunidades e credibilidade para que essas pessoas não venham mais a cometer nenhum delito, que possam sair do cárcere com oportunidade à educação e ao mercado de trabalho como também saúde, lazer e entre outros direitos.

A compreensão e o estabelecimento ético e moral das relações sociais são fundamentais no trabalho docente no Sistema Penitenciário. Para tanto, busca-se estabelecer pelas aulas o “anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (Freire, 1987, p.16).

A educação passa por um processo em que precisa se reescrever a história de forma crítica. Percebe-se, ainda, a necessidade de uma nova forma de educar, na qual pese a revalorização do sujeito, do pensar, do agir, do expressar-se de forma produtiva construtiva e fundamental, para que a educação cumpra seu papel.

“Uma educação que possibilite ao homem a discussão Corajosa de sua problemática... Educação que o coloque em diálogo constante com o outro... No sentido mais humano da expressão... Que o identificasse com métodos e processos... Científicos.”

(FREIRE, 2009, p.98).

O processo educativo deve ser um processo dinâmico, capaz de tirar o educando do seu ponto de inércia, de sua acomodação, aflição, entediante e viciada, levando-o ao desespero e à inquietude de buscar construir novas formas e respostas, procurar as verdades comuns e coletivas, ouvindo, investigando, perguntando, falando, expressando suas experiências e avanços em relação a si e ao mundo.

O dia-a-dia já não pode ser dominado ou regido pela monotonia de relações frias, rotineiras e arcaicas. Devem refletir e negar-se a perpetuar as relações

paternalistas, permeando a dinamicidade, inovação, afetividade, sensibilidade, reformulando “nosso agir educativo, no sentido da autêntica democracia” (FREIRE, 2009, p.99).

É através da educação que se pode devolver ao educando a sua humanização, o respeito, a ética, a autoestima, o respeito que é tão fundamental no espaço prisional. Nada justifica a um preso que transgrediu a lei, porém muitos deles cometeram algum delito por falta de oportunidade, família desestruturadas, o não acesso à educação e, por esses motivos, tornaram-se pessoas insensíveis de forma agressivas e brutais.

Paulo Freire (2009) propõe uma educação que valorize o ser humano em suas condições de ser sujeito simples, adotando a capacidade e inteligência para administrar seu espaço local e social de forma democrática, responsável e participativa. Sua proposta de educação parte da realidade de vida dos educandos e, a partir dela, se amplia, tornando-se sujeito de sua própria história e da história de seu país, criando, assim, relações mais iguais e talvez, mais justas, menos opressoras.

1.2 A relação Professor/ Educando e o papel transformador da educação

“[...] a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa de mudança de atitude”.

(FREIRE, 2009, p.101).

O educador tem que acreditar no potencial único de transformação individual e social do educando, em que o processo educativo possa mobilizar a vontade de aprender, de buscar conhecimentos, superar as dificuldades, traumas, medo e superar a si próprio. O educando privado de liberdade precisa da educação capaz de mobilizá-lo para a inserção social, com a compreensão crítica. É possível iniciar um processo educativo que avalie as condições ou os fatores que levaram a pessoa presa à sua privação de liberdade. Essas pessoas chegam a cometer delitos por algum motivo, família desestruturadas, não tiveram oportunidade de trabalho e

acesso aos estudos, por isso, acabam destruindo a própria vida. Perceber “[...] o homem como um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar no mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.” (FREIRE, 2009, p.47).

Assim, para atender a realidade da escola no Sistema Penitenciário, o professor deverá ter habilidades técnicas e pedagógicas e, sobretudo, acreditar na ressocialização. Sua prática deve ser focada no compromisso da construção de novos conhecimentos em cada educando/privado (valores muitas vezes esquecidos). Sabemos que a educação é uma possibilidade para formar cidadãos com visão ampla de mundo e não apenas consciência das relações entre as pessoas pertencentes à sociedade. Assim, dizemos que a educação por si propicia aos seres humanos melhorar suas ações, tanto no contexto escolar como no contexto o qual estão inseridos. Como destaca FREIRE (2009, p.98). “Uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática [...] Educação que o coloque em diálogo constante com o outro [...] no sentido mais humano da expressão”.

Acreditarmos que a educação é fundamental para transformação da pessoa privada de liberdade, sabemos que é através da educação que o educando passa a fazer valer seus direitos à cidadania, com esses conhecimentos adquiridos tornam-se melhores pessoas e, assim, fica fácil a ressocialização e retorno ao convívio social. O educador deve trabalhar a história de vida do educando, buscando sempre resgatar a identidade do apenado, levantando a autoestima para uma constante prática pedagógica. Logo, o papel da educação é mais amplo, pois permite a liberdade do mundo prisional.

Ao entrar no processo educativo, o ser humano dialoga sobre a sua condição no mundo. A sensibilização e as questões morais e éticas permeiam nossa condição de educadores no espaço penitenciário. “O papel ativo do homem em sua e com a sua realidade” (FREIRE, 2009, p. 116).

Ao reconhecer o educando como sujeito de sua própria história, sendo este capaz de modificar comportamentos e aprender novas formas de vida trazidas pela aprendizagem e o conhecimento, o educador deve refletir e se motivar para a

responsabilidade e o papel que cumpre em acelerar as transformações do mesmo. Percebe-se que, na medida em que aprende, conhece e, ao conhecer, pode intervir e modificar os rumos de sua história. Desta forma, aos poucos, passa a se conhecer e renunciar a sua velha postura buscando em si a mudança em sua vida.

Com relação à situação emocional dos educandos privados de liberdade, é visível o sofrimento, a baixa estima, e a falta de esperança. As condições existenciais no cárcere os silenciam, é como se a vida não valesse mais a pena! É muito comum ficarem descrentes deles próprios, impossibilitados de reivindicar seus direitos ou expressar seus pensamentos devido à opressão e o medo de uma punição maior.

Desta forma, percebe-se a necessidade de uma nova forma de educar em que haja a revalorização do/a sujeito/a, do pensar, do expressar-se de forma produtiva e fundamental para que a educação cumpra seu papel, ou seja:

“uma educação que possibilite ao homem a discussão corajosa de sua problemática [...] Educação que o coloque em diálogo constante com o outro [...] no sentido mais humano da expressão”.

(FREIRE, 2009, p.98)

1.3 Professor/educandos: a aventura de desafiar e de sermos desafiados

Para o educador, é bastante gratificante descobrir nos educandos a potencialidade e a bagagem de conhecimentos que trazem. A troca de experiência entre professor e os privados de liberdade tem um sentimento de respeito que não é movido pelo ódio, pela vingança ou rejeição e sim pelas potencialidades que a educação traz. A escola pode e deve ser um espaço onde as tensões se mostram aliviadas, o educando adquire o respeito e não é desprestigiado ao se relacionar afetivamente com o professor. Na medida em que a escola o acolhe, ele passa a pertencer a um lugar que lhe oferece a possibilidade de aprender outras posturas, um conteúdo ou uma habilidade.

O processo educativo tem que se efetivar como um espaço de comunicação, de interações pessoais, em que os educandos possam se mostrar sem máscaras, vivenciado sua sensibilidade, seus anseios, demonstrando o interesse na

aprendizagem sem medo de ser criticado por alguém que não acredita na ressocialização. Nesse sentido, o professor tem papel fundamental nessa condução e, certamente, aprende bastante com a história de vida dessas pessoas. Onofre argumenta:

“Embora esteja em um espaço repressivo, o Professor mantém na sala valorização da dimensão social e efetiva no relacionamento com os alunos, uma vez que riqueza da relação pedagógica fundamenta-se independentemente do espaço em que a escola esteja inserida, nas ‘formas dialogo de interação.’”

(ONOFRE, 2007 p.26).

Ao pensar como se fossemos “desafiadores” ou “desafiadoras”, colocamo-nos no papel de atores e atrizes do processo, ou seja, somos sujeitos ativos e comprometidos com as pessoas com quem trabalhamos, com o contexto de cada uma, com os seus dilemas, com as suas opções e possíveis alternativas. Por isso, talvez o nosso primeiro “desafio” venha do grupo. São estas pessoas encarceradas que nos desafiam com as suas perguntas, com os seus interesses (ou desinteresses), os seus conhecimentos, as suas afirmações ou contestações sobre os conteúdos que têm de ser trabalhados; a percepção que têm de nós professores é referente ao nosso papel, às nossas capacidades e comportamentos; as suas expectativas, palavras ou silêncios... a simples presença destas pessoas num espaço educativo constitui, por si só, um desafio para todos nós.

Sentirmo-nos desafiados pelo grupo de educandos privados de liberdade com quem trabalhamos é, talvez, a primeira atitude democrática que podemos utilizar para conceber condições e disposições de aprendizagem.

2. A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DOS EDUCANDOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Atualmente, o sistema penitenciário brasileiro tem recebido um número maior de internos, dos quais apenas 18% têm acesso a alguma atividade educacional. Os dados estatísticos de setembro de 2008 a janeiro de 2009 revelaram que, dos 440 mil presidiários no Brasil, 12% são analfabetos e 75% não concluíram o ensino básico. Além disso, mostraram que a educação prisional é vista como um privilégio no sistema, não sendo um processo contínuo, pois é interrompida sempre quando ocorre um problema. (SEDUC)

A Lei de Execução Penal Brasileira (LEP) é explícita quanto à obrigatoriedade dos presídios, penitenciárias, casas de detenção oportunizar a seus detentos condições de reeducação, reinserção e ressocialização. Porém, o Brasil é um país que deixa a desejar no que tange à Educação. Estas constatações fazem-nos reportar às colocações de FREIRE (1999) sobre os excluídos do processo de escolarização, tendenciados pela “ação dominadora” que se opõe à liberdade.

Observa-se que, no sistema penitenciário, o descaso com os excluídos é maior, pois existem carências como recursos materiais, estruturais, humanos, entre outros. Ademais, não há incentivo de forma precisa, por parte de governos e da sociedade, para que o indivíduo preso tenha oportunidade de aprender e adquirir conhecimentos que lhe permita resgatar a dignidade humana, com condições efetivas de recuperação e ressocialização.

Cabe ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentro do Sistema Prisional, tem como objetivo elevar a escolaridade dos educandos, resgatar a autoestima, despertar aos valores éticos e morais e reintegrá-los socialmente. Contudo, é preciso repensar a atuação da escola e investir em novas formas do fazer pedagógico, no qual os principais recursos tecnológicos que constituem a sociedade informacional sejam levados em consideração em todas as esferas educacionais e se privilegie uma abordagem mais inovadora que a da educação tradicional. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, “saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos” (PCN. 2001.p.108).

Sabemos que não é fácil dentro de uma unidade penitenciária ser ofertada uma educação tecnológica, visto que há grandes dificuldades e empecilhos para

serem superados. Precisa-se dos computadores que, na maioria das vezes, a instituição não tem recursos, espaço físico, professor qualificado, material didático, agente penitenciário suficiente para todos os procedimentos. Perante todas essas dificuldades, os privados de liberdade tem o direito à educação, embora saibamos que nem todos tem esse direito assegurado, muitos deles não tem esse conhecimento e acabam não lutando pelos seus direitos. E quando tem alguns que são conhecedores do seu direitos eles são punidos de forma cruel e desumana.

A prisão não são as grades, e a liberdade não é rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.
(Mahatma Gandhi).

Segundo a Lei 9.394/96 do art. 5º: “Os Estados, o Distrito Federal e a União, levando em consideração as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, deverão incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de material didático e implementação de novas tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional.

2.1 Desenvolvimento histórico da EAD

De acordo com dados da UVB (UNIVERSIDADE VIRTUAL BRASILEIRA, 2007), historicamente a EAD pode ser dividida em três gerações. A primeira geração de EAD foi caracterizada por correspondência; a segunda (anos 70) caracterizada pelo uso de novas tecnologias, tais como: a televisão, vídeo-aulas e sistemas de telefonia, além do uso do próprio material impresso. Os meios tecnológicos disponíveis nesta época são usados apenas para passar a informação aos aprendizes e não pressupõem nenhum tipo de interação do aluno com os meios que transmitem a informação; a terceira geração de EAD (década de 90) é caracterizada pelo uso do computador, da Internet e dos sistemas de videoconferência, além de incorporar as mídias anteriores. O surgimento das redes de comunicação em larga escala tem permitido a criação de diversos tipos de ambientes interativos e colaborativos.

De acordo com os autores CABRAL, OLIVEIRA e TARCIA (2007), a história da EAD é dividida em quatro gerações, sendo a primeira geração aquela baseada

em textos impressos ou escritos à mão; a segunda geração caracterizada pelo uso da televisão e do áudio. A terceira geração de EAD caracterizada pela utilização multimídia da televisão, texto e áudio e, por fim, a quarta geração aquela que organiza os processos educativos em torno do computador e da Internet. (CABRAL, p.1-11, 2007)

Para TAYLOR (2001), há a emergência da quinta geração da EAD baseada na exploração mais aprofundada de novas tecnologias. Segundo esse autor, historicamente as operações em educação a distância evoluíram pelas quatro gerações que se seguem: primeiramente, veio o Modelo por Correspondência, baseado na tecnologia de impressão; em segundo, o Modelo Multimídia, baseado em tecnologias impressas e audiovisuais; em terceiro, o Modelo de tele aprendizagem, baseado em aplicações das tecnologias de telecomunicação que forneciam oportunidades para a comunicação síncrona; e, por último, o Modelo de Aprendizagem Flexível, baseado no envio on-line do material via Internet. No entanto, apesar de muitas universidades estarem iniciando a implementação das iniciativas de EAD de quarta geração, a quinta já está emergindo. Esta última geração é essencialmente uma derivação da quarta que visa a tirar maior vantagem dos recursos da Internet e da Web. (TOLYLOR, p.37.2001)

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea “c” do parágrafo 1º do artigo 9º da Lei 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95, nos artigos 36, 36-A, 36-B, 36-C, 36-D, 37, 39, 40, 41 e 42 da Lei nº 9.394/96 com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008, bem como no decreto nº 5.154/2004, e com fundamento no parecer CNE/CEB nº 4/2010, homologado por despacho do Senhor Ministro da Educação, publicado no DOU de sete de Maio de 2010.

Art. 5º Os Estados, ou Distrito Federal e a União, levando em consideração as especificidades da educação em espaços de privação de liberdade, deveram incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implementação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional.

Art. 6º A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades,

instituições de educação profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade.

2.2 As TICs e a EAD no Sistema Penitenciário

A educação mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - (TICs), pode oportunizar mudanças nos paradigmas educacionais tornando o ensino pluridimensional. A Educação à Distância - (EAD) é uma modalidade capaz de lidar com diversas tecnologias além da informática, favorecendo a aprendizagem, com aplicação de recursos multimídia, vídeos, áudios, materiais impressos, dentre outros. Ademais, esta dimensão busca, também, uma educação concebida na participação, criatividade, expressividade, interatividade, favorecendo a formação continuada, fundamentada nos quatro pilares da educação:

“Aprender a conhecer;
Aprender a fazer;
Aprender a viver juntos;
Aprender a ser.”

(CARTA DA UNESCO. 1999.p.89-102)

Está exposto, também, a vários tipos de comunicação: pessoal e de massa, incluindo as redes sociais, servindo de diretrizes para um bom trabalho e, nesse contexto, não se podem negar as novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, e suas contribuições para com a educação, principalmente por estarem tão presentes no cotidiano dos discentes no processo educacional que vem se desenvolvendo à margem dessa integração de conhecimento. Nas unidades prisionais, já é real a disponibilização dos laboratórios de informática com atividades programadas, como o **Curso Luz do Saber** (projeto de alfabetização) direcionado aos educandos que estão na fase de letramento, ou seja, na modalidade EJA I – alfabetização.

O software é dividido em dois módulos: o primeiro é composto por 10 atividades de ID que visa trabalhar o uso do mouse e do teclado. O segundo, por sua vez, contém 17 aulas com 170 atividades voltadas a alfabetização. As aulas

serão organizadas nos estabelecimentos penais do Ceará, sendo a Secretária de Educação do Ceará - (SEDUC) e Secretária de Justiça e Cidadania do Ceará (SEJUS), os dois órgãos governamentais responsáveis por essa realização.

2.3 Programa Luz do saber

O Luz do saber teve seu desenvolvimento iniciado pela Casa Brasil, um projeto de inserção tecnológica e contou com o apoio da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Casa da União. Será disponibilizado para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Escolas Públicas, ONGS, Associações Comunitárias, Movimentos Populares, Sindicatos e demais instituições que atendem a esse público-alvo.

O Software Luz do Saber é um recurso didático que tem por objetivo contribuir para alfabetização de jovens e adultos, ao mesmo tempo em que promove a inserção do usuário na cultura digital. Para tanto, foi adotada a proposta política pedagógica de Paulo Freire e as contribuições de Emilia Ferreiro e Ana Teberoski como referência teórico-metodológica para o desenvolvimento das atividades. Com essa perspectiva de fundamentação do processo de ensino-aprendizagem toma realidade econômica, social e cultural do grupo que se irá trabalhar como eixo norteador e fomentador do processo pedagógico, assim como a noção de que a apropriação do código linguístico por parte dos educandos ocorre através de etapas marcadas por avanços e recuos.

O Software foi desenvolvido por uma equipe na Secretaria de Educação do Ceará, o Software Luz do Saber “é um recurso didático que tem por objetivo contribuir para alfabetização de crianças e jovens e adultos, além de promover a inserção na cultura digital.” Este Projeto é financiado pelo Governo do Estado do Ceará – Brasil.

O software é composto por cinco módulos: “Começar”, “Ler”, “Escrever”, “Aplicativos” e “Professor”. Composto por 10 atividades, o módulo “Começar” “estimula através de jogos, o conhecimento dos fonemas e grafemas que compõem o nome do aluno e, paralelamente, desenvolve as competências necessárias ao uso do mouse e do teclado”. No módulo “Ler”, “existem atualmente 36 atividades estruturais (modelos), nas quais o aluno pode desenvolver de modo lúdico as competências necessárias para aprendizagem de leitura e escrita.” O software já

disponibiliza 14 aulas com várias atividades, que podem ser alteradas. Isto significa que o professor pode criar e recriar as suas atividades, adaptando-as ao contexto do aluno e realizar alterações nas aulas já existentes. No módulo “Escrever”, o aluno fará uso dos gêneros textuais cartão postal, jornal e gibi. Conta ainda com um editor de texto, que possibilitará produção de outros gêneros, como carta, poemas, músicas e outros que colocam o aluno em contato com as suas necessidades sócio-comunicativas. Os módulos “Aplicativos” e “Professor” são recursos para o uso do mediador do projeto. O último, “Professor”, é composto de Criação de turma; Editor de aulas; Editor de atividades; Cadastramento de Aluno; e Editor de Perfil.

O Software é livre e pode ser utilizado com o computador conectado ou não à Internet, desde que a escola tenha pelo menos um Laboratório de Informática.

Todas as atividades do Software utilizam o nome do educando como tema gerador, uma vez que ele se constitui a palavra por excelência no início do processo de alfabetização.

O módulo Começar é composto de atividades como crachá, bingo de nomes e letras, jogo do encaixe, quebra-cabeças, jogo da memória, dominó de nomes, associação de nomes, I ligar nomes e riscar nomes.

Tomaremos como exemplo, na primeira tela, a atividade de correspondência, a qual possibilita que o educado identifique as letras da primeira coluna, fazendo a correspondência com a primeira letra das palavras da segunda coluna. Os comandos aparecem de forma escrita e sonora.

Para as educandas do IPF esse tipo de atividade já é bem comum, sempre trabalhei o tema gerador, então não irão ter muita dificuldade ao praticar com o software. Lembrando que o Projeto Luz do Saber não está inserido nas unidades prisionais, a previsão será em janeiro de 2013 em algumas unidades como: Instituto Penal Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), Instituto Professor Olavo Oliveira II (IPPOOII), Cadeia Publica de Maracanaú, (que iniciou o programa, mas por falta de professor qualificado foi interrompido), Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS).

Conforme relato da professora que leciona na instituição IPPS, fomos informados de que o diretor desta unidade não permitiu que o projeto fosse ofertado para os educandos por medida de segurança, sendo assim, devolveu os computadores para a educação, então foi ofertado o programa para Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPLII).

Vale ressaltar que o software não foi instalado nos presídios no mesmo período, como foi citado acima, por dificuldades internas e realidades diferentes.

2.4 Letramentos digitais: escrita tecnológica

O uso da escrita na comunicação tem vários aspectos na vida do ser humano, através da linguagem digital, conforme afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2000, p.184), “como a mais recente das linguagens, não substitui as demais, mas, ao contrário, serve de arcabouço tecnológico para as várias formas de comunicação tradicionais”.

Nos últimos anos, com a popularização da rede, após a criação da *World Wide Web* (“teia de alcance mundial”), tornou-se possível a navegação para o usuário sem grande conhecimento e habilidade de informática. Desde que o e-mail e outros recursos de comunicação digital foram descobertos pelo público, passou a ser utilizado em grandes escolas do mundo inteiro. Toda essa inovação vem acontecendo de forma consideravelmente rápida. Segundo Xavier e Santos.

“A rede digital tem crescido em uma velocidade espantosa; basta comparar seu crescimento com o de outros veículos de comunicação: O rádio levou 38 anos para atingir uma audiência de 50 milhões de pessoas; a TV aberta, 16 anos; a TV a cabo 10; a web apenas cinco anos. Hoje já passam de 900 milhões de internautas. Mais de 150 países possuem registros na web. Cerca de 30 milhões de brasileiros têm acesso à Internet.”

(Xavier e Santos, 2005, p.30)

A tela do computador conectado à internet tornou-se o novo códex. Milhares de pessoas sejam crianças, adolescentes e adultos apropriam-se dela. Passam horas navegando, divertem-se com jogos e desenhos, editam textos, e mais do que isso, navegam na internet, lendo e principalmente escrevendo:

“O ciberespaço tornou-se um novo espaço de interação e de produção de conhecimento humano. Uma rede social de comunicação viva da qualidade feita de maneira complicada e mais complexa, cujas mensagens potenciais podem ser lidas/escritas em várias direções.”

(Costa 2006, p.20).

Isso significa um espaço revolucionário jamais visto antes na história da humanidade. Segundo Nelson (2006) este processo de leitura/escrita de forma não

linear é o que chamamos de hipertextos, termo criado por esse leitor em 1965. Marcuschi (1999) citando Komesu (2005) define hipertexto da seguinte forma:

“O hipertexto não é um gênero textual, nem um simples suporte de gênero diverso, mas atua como um tipo de escritura. É uma forma de organização cognitiva e referencial cujos princípios constituem um conjunto de possibilidades estruturais que caracterizam ações e decisões cognitivas baseadas numa (serie de) referência não contínua e não progressivas. Considerando que a linearidade linguística sempre constitui um princípio básico da teorização (formal ou funcional) da língua, o hipertexto rompe esse padrão em alguns níveis. Nele, não se observa uma ordem de construção textual plurinealizada.”

[MARCUSCHI, 1999:21(grifos no original)].

O texto digital está afigurado como um texto modular. Pode ser lido de forma não sequencial. Permite ao leitor escolher o que pesquisar e o que realmente quer ler algum momento. Silva (2005) ressalta que a interatividade prevista no hipertexto permite que o leitor estabeleça conexões, tendendo para uma descentralização do texto, ou seja, não existe um texto central ou mais importante, não existe uma hierarquia do texto. Portanto, cada pesquisador pode buscar caminhos, enveredar pelas mais variadas vias de acesso à informação. Navegar na Internet viabiliza a exploração quase segura desse labirinto invencível. A dinâmica destes textos os transforma em curiosidades atrativas bem mais interessantes que os textos convencionais. São algumas ferramentas como som, imagem e simulações interativas que lá estão contidas que diferem o texto digital do texto impresso.

2.5 O hipertexto

Neste contexto, podemos afirmar que o hipertexto está formado por suas interconexões, em que tudo tem contato com tudo. Segundo Komesu (2005), o hipertexto permite, mediante os links nele indexados, o acesso a inúmeros outros hipertextos que circulam pela rede. As pessoas se intercalam com os hiperdocumentos e vice-versa. Assim, este ciberespaço passa a ser o campo de pesquisa e de contato mais utilizado por leitores/escritores (que tenham acesso) em todo o mundo. (KOMESU, 2005, p.87-108)

Chartier (1998) trata o hipertexto como um novo estilo linguístico, um texto que está aberto, é livre, solto e sem fronteiras definidas. Nesta quebra das normas

fundamentadas na história da tecnologia e na cultura de povos com formas implícitas em seus linguajares, seja formal ou coloquial, caracteriza-se uma forma de produção independente e muito liberal, mas que não chega a excluir, nem pode isolar outros textos. No entanto, o grande "livro eletrônico revoluciona as estruturas do suporte material do escrito assim como as maneiras de ler" (Chartier, 1998, p. 16).

Com as facilidades de ensino-aprendizagem abertas pela Internet, qualquer pessoa pode redigir seu texto. Pode editá-lo e disponibilizá-lo na rede. Para tanto, é preciso que possua equipamento apropriado e saiba manejá-lo, pois "Com a revolução industrial da imprensa, os papéis de autor, editor, tipógrafo, distribuidor, livreiro, estavam separados" (Chartier, 1998, p. 15).

Segundo Chartier (1998, p. 18), a experiência do leitor no espaço virtual também pode ser transformada e "o novo suporte do texto permite usos e intervenções do leitor infinitamente mais numerosos e mais livres que qualquer uma das formas antigas de livro".

A comunicação eletrônica, pelos pontos que estão indicados acima, chega a imprimir grande velocidade na possibilidade de acesso à aprendizagem e ao uso da informação rápida e atualizada. Coloca o receptor como se virtualmente estivesse posicionado em diversos elos de sua cadeia de hipertextos, em sites, blogs, chats, links.

A palavra hipertexto, semanticamente, sugere a ideia de um texto grandioso. Nesta linha de raciocínio, podemos observar que na verdade é isso mesmo, um texto sem fim. Por tanto o mais voraz internauta jamais conseguiu ler ou reescrever este livro sem fronteiras, pois um link abre caminho para outro e sempre um texto tem uma janela que conduz a outros textos com os mais diferentes assuntos.

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de conexões. Estes, por sua vez, são links, que podem ser palavras, páginas, imagens, sequências sonoras, gráficos ou partes de gráficos ou documentos conectados entre si.

3. A PEDAGOGIA FREIRIANA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: O PROJETO LUZ DO SABER E SEU SOFTWARE EDUCATIVO

Neste capítulo, faremos um breve histórico da associação existente entre os métodos de Paulo Freire como uma das contribuições no projeto Luz do Saber.

Paulo Freire, ainda na década de 60, alfabetizava adultos em 40 horas, sem cartilha. No ano de 1962, no Rio Grande do Norte e Recife surgiram as campanhas “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” e “Movimento de Cultura Popular”, que instalava as "praças de cultura" e os "círculos de cultura".

Freire propôs um método analítico de alfabetizar, no qual partia das palavras que eram segmentadas em unidades silábicas. Para tanto, tal metodologia de apropriação do sistema alfabético não era a parte inovadora do seu método e já era muito utilizada pelas cartilhas da época.

A inovação de Paulo Freire vem dos seus pressupostos filosóficos acerca da educação e do impacto que isto trouxe para a estruturação de sua metodologia. Segundo Freire (1981:47), para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo.

A frase acima tem uma repercussão bastante significativa no ato educativo. O educador é uma figura que possui autoridade para conduzir o processo educativo, porém deve ter cuidado para não exercer nem o autoritarismo, nem a imposição arbitrária. Ele deve basear sua prática numa relação dialógica, para procurar entender como pensam e como vivem seus educandos. A partir dessa escuta, é que o educador pode contribuir para que o educando amplie sua visão de mundo e faça uma releitura reflexiva da realidade que o circunda FREIRE(2003, p.54).

Freire (1981, p. 47) diz que não é possível linguagem sem pensamento e pensamento sem o mundo a que se refere a palavra humana é mais que um mero vocábulo – é palavração. Por isso, o ponto de partida para o ensino da leitura e da escrita não deve ser o uso de palavras, sentenças ou textos desprovidos de significados tais como a tão conhecida frase - Eva viu a uva. Deve ser um ato refletido a partir do mundo do educando, um mundo povoado de palavras, cujo significado constitui-se na prática subjetiva das comunidades.

Revela-se pouco produtivo iniciar um programa Luz do Saber, em especial de alfabetização de jovens e adultos principalmente para os encarcerados, sem ter conhecimento da realidade social e da comunidade em foco em que vivem. De fato, muitas propostas pedagógicas falham porque seus realizadores partem de uma visão pessoal da realidade, ou seja, não conhecem as necessidades da pessoa presa. “os homens em situação a quem se dirige seu programa, a não ser como puras incidências de sua ação.” (FREIRE, 1987, p. 84). Porém, ao iniciar o processo de alfabetização, como o Projeto Luz do Saber, devem-se buscar os temas socialmente e existencialmente significativos para os privados de liberdade. Pois, quanto melhor o educador conhece seus educandos (sua linguagem, realidade social, necessidades, crenças religiosas, medos, interesses e aspirações) melhores serão suas condições de realizar um bom trabalho pedagógico com sucesso. Este é um conhecimento que se constrói previamente, ou seja, antes mesmo de iniciar o processo ensino-aprendizagem, assim como ao longo do período das aulas, dia a dia, à medida que nelas os educandos tenham oportunidades de falar de suas vidas, seus gostos, interesses e dificuldades, medo e sonhos etc.

Nesta perspectiva, o mundo do educando é valorizado. O processo software de aprendizagem a alfabetização é um ato político que tem por finalidade despertar a consciência, um esforço que visa a desenvolver uma leitura crítica da realidade através da tecnologia.

Para interagir com o ambiente virtual, o privado de liberdade precisa desenvolver uma nova competência viso-motor, porque vai navegar num espaço de natureza diferente do espaço concreto.

É natural que os privados de liberdade tenham dificuldades no uso software e o contato frequente com a tecnologia. Esses empecilhos nos alertam para a necessidade de trabalhar bem a competência viso-manual que faz parte do desenvolvimento psicomotor.

Os insucessos do usuário devido a dificuldades motoras podem causar descontentamento ou repulsa. Portanto, é necessário que sejam compreendidos e trabalhados adequadamente.

O método proposto por Paulo Freire não é simplesmente uma técnica, por conseguinte, não pode ser aplicado de modo mecânico. Necessita estar conectado com toda essa preocupação crítica, dialógica e de profundo respeito ao universo do

educando. (É, segundo ele, o resgate da palavra, do poder dizer, expressar-se, poder pensar, transcender a cultura do silêncio e da opressão (Freire.1989. p.35,).)

Na proposta apresentada no livro *Pedagogia do Oprimido*, os (as) educadores (as) responsáveis pela condução do processo pedagógico partem do universo vocabular da comunidade com que se irá trabalhar, atentando, sobretudo, para as palavras e temas que são absolutamente significativas para a vida dos (as) alunos (as). Ressalte-se que este conhecimento deve ocorrer mediante pesquisa realizada conjuntamente com os educandos. Já em educação em prática de liberdade, tem-se uma descrição prática do Método em cinco fases inter-relacionadas: levantamento do universo vocabular - esta fase é essencial para o trabalho, porque é o momento da pesquisa do universo vocabular dos educandos.

Na segunda fase, a escolha das palavras selecionadas do universo vocabular pesquisado. Na experiência de Paulo Freire, dezessete palavras geradoras são suficientes para fornecer o ao educando estrutura do sistema alfabético.

Terceira fase vem com a criação de situações existenciais que devem ser típicas do grupo com o qual se vai trabalhar. Estas situações são discutidas no primeiro encontro do grupo. Freire acha que duas noites são suficientes para trabalhá-las. Trata-se de um conjunto de dez imagens que são apresentadas e problematizadas. O objetivo das mesmas é introduzir uma discussão que ajude aos educandos a construir o conceito de cultura como algo bem mais abrangente do que a cultura letrada.

E nesse momento que é muito importante, uma vez que eleva a autoestima do educando e o faz sentir-se importante, culto, vivo para o mundo letrado e inserido através do seu trabalho e de suas interações na construção social. As situações também abrem perspectivas para a análise de problemas locais, regionais e nacionais.

Porém, a quarta fase tem a elaboração de fichas-roteiro - Têm como finalidade ajudar aos facilitadores do processo a conduzirem o trabalho. A jogarem problemas, a organizarem o modo de esclarecer determinadas questões, pontuarem outras. Porém, não deve ser nada rígido.

Por fim a quinta fase de elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonéticas - Nesta fase são apresentadas as palavras geradoras em slides, cartazes, transparências. Depois que a palavra é apresentada, é separada por sílabas a serem exploradas isoladamente e comparativamente a toda a sua família

silábica pareada com cada uma das vogais. Após este trabalho, o aluno é convidado a reagrupar estes “pedaços” (sílabas) para formar outras palavras.

Vejamos os exemplos usados na metodologia Luz do Saber com a palavra geradora LUTA. O primeiro passo será escolher as codificações, ou seja, os meios de representação das situações existenciais vividas pelos educandos. Podem ser imagens, desenhos, figuras, objetos, música, vídeos e outros.

Em seguida, faz-se a apresentação somente da palavra luta mostrando sempre a palavra dividida em sílabas e, por fim, passa-se a formação de novas palavras e frases. Esta foi a fase chamada por Paulo Freire de Fichas da Descoberta.

O método freiriano busca os temas socialmente existentes e significativos para os educandos privados de liberdade. Em minha experiência como educadora no sistema penitenciário, procuro conhecer os educandos através da linguagem, realidade social, necessidade, crenças religiosas, medos, interesses e aspirações, através desse levantamento, busco desenvolver aprendizagem.

ASPECTOS CONCLUSIVOS

Com base na fundamentação teórica adotada e nas reflexões feitas ao longo da pesquisa, acreditamos que muitos pesquisadores tem permanentes semelhanças quando se discutem o perfil dos privados de liberdade no Brasil. Estes pesquisadores afirmam que as pessoas em privação de liberdade, na maioria das vezes, são considerados trabalhadores com baixa renda, desempregados, migrantes de áreas rurais empobrecidas, filhos de pais com baixa escolaridade ou analfabetos, e que se sentem excluídos ao saírem do cárcere, pela situação socioeconômica e por terem dificuldade de não conseguir trabalho, ou seja, precisam entrar no mercado e trabalho para ajudar no sustento da família e não conseguem por falta de oportunidade e discriminação da sociedade.

Percebo que a grande maioria dos privados de liberdade, do qual tenho contato demonstram essas características. Outro detalhe que me chama atenção é a mudança de comportamento do preso com crimes leves que se junta com aqueles que cometeram crimes bárbaros, pois acabam se envolvendo com o tráfico, homicídios, formação de quadrilha etc. Na minha percepção, todos os presos deveriam ser separados por artigos nas vivências, pois o preso que rouba uma lata de leite não era pra ficar com aquele que matou, estuprou etc, fazendo essa separação, a recuperação (ressocialização) dessas pessoas seria muito mais positiva.

Diante das citações apresentadas ao longo dos capítulos, destaco o analfabetismo dos privados de liberdade, porém, analisada a educação de jovens e adultos (EJA) nos estabelecimentos prisionais, onde percebi que aqueles que não têm domínio a leitura, ou melhor, os analfabetos, são os que mais sofrem em uma prisão por não saberem ler e nem escrever, pois são dependentes daqueles que tem domínio a leitura e a escrita para fazerem favores, como por exemplo, fazer cartas para familiares, escrever o nome para atendimentos médicos, psicólogos, escola etc. Esses favores são pagos por drogas, alimentos, enfim, muitas vezes acabam pagando pela própria vida.

Essas pessoas são as que mais têm interesse na educação, tem uma frequência boa na escola, interagem, se dedicam dando o seu melhor para adquirir conhecimento.

O processo de aprendizagem no espaço penitenciário está a cada dia avançando as políticas públicas. O Estado, o Distrito Federal e a União estão implementando educação nas unidades prisionais com novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a implantação de novas metodologias e tecnológicas educacionais como de programas educativos na modalidade educação a distancia (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do Sistema Prisional.

O Software Luz do Saber está sendo utilizado em algumas instituições públicas de ensino tanto para crianças como para jovens e adultos. O projeto já está demonstrando grandes resultados animadores e satisfatórios, seja no que diz respeito à sua riqueza enquanto instrumento didático-pedagógico, seja no que diz respeito ao trabalho de inclusão digital.

Com a utilização do computador, observo que o processo ensino-aprendizagem flui com mais naturalidade e tranquilidade. É considerado de grande valia esse projeto, no qual a inclusão digital para jovens e adultos se expande nas Escolas Públicas, Escolas Municipais, ONGS, Associações Comunitárias, Movimentos Populares e em breve nas penitenciárias e demais instituições que atendem a esse público-alvo, é mais um instrumento capaz de subsidiar o trabalho dos professores em sala de aula, assim como amenizar a carência de recursos didáticos para alfabetização de jovens e adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Elisa Ribeiro, (Orgs.). **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

COLELLO, Sílvia M. Gasparian. **A escola que (não) ensina a escrever**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COSTA, Sérgio Roberto (Orgs.). **Leitura e escrita de adolescentes na internet e na escola**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC, 1993 (Dissertação de Mestrado).

FREIRE, Paulo. 1981. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 2006. **Pedagogia como prática da liberdade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1996. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção Leitura).

_____. 1989. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam** / Paulo Freire - São Paulo: Autores associados: Cortez 1989. (**Coleção Polemica do nosso tempo**).

Ferreiro, E, & Teberosky, A. (1999). **Psicogênese da Língua Escrita**. (D. M.). Lichtenstein, L. Di Marco, & M. (Curso, Trad.) Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Artmed

KOMESU, Fabiana. **Pensar em hipertextos**. In: ARAÚJO, J.C; BIASIRODRIGUES,

B. *Interação na Internet: novas formas de usar a linguagem*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2005, p.87-108.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertexto e gênero Digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertexto e gênero digitais: novas formas de construção do sentido**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

ONOFRE, Elenice Maria Camorosamo; JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação escolar entre grades**. São Carlos: edusscar, 2007.

Parâmetros Curriculares: **introdução aos parâmetros curriculares nacionais**/Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. -3. Ed.- Brasília: A secretaria, 2001.126p.: Il.; 16x23cm.

SILVA, Luciana Cristina Lourenço. **O papel do Hipertexto na Literatura Digital Brasileira**. In:
I ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTOS: DESAFIOS LINGÜÍSTICOS, LITERÁRIOS E PEDAGÓGICOS, 2005, Recife.

XAVIER, Adail; SANTOS, P. **Internet na escola: O que é como se faz**. Três ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

http://www.unesco.org/pt/confinteavi/singleview/news/unesco_seminar_reviews_youth_and_adult_education_in_latin_america/back/5446/cHash/75aa105d45/
Pesquisado em 29/10/2012

<http://luzdosaber.seduc.ce.gov.br/images/monografia.pdf> Pesquisado em 06/11/2012

[http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/seminario/uploadAddress/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Oral-Ires_Aparecida_Falcade_Pereira\[3343\].pdf](http://www.pinhais.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/educacao/seminario/uploadAddress/Comunica%C3%A7%C3%A3o_Oral-Ires_Aparecida_Falcade_Pereira[3343].pdf) Pesquisado em 06/11/2012.

[http://institutofonte.org.br/sites/default/files/O%20desafio%20e%20a%20paixao%20de%20aprender%20\(2\).pdf](http://institutofonte.org.br/sites/default/files/O%20desafio%20e%20a%20paixao%20de%20aprender%20(2).pdf) - Pesquisado em 06/11/2012.

<http://www.munico.com.br/arquivos/030163717.pdf> Pesquisado em 10/11/2012

http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/elionaldo.pdf
Pesquisado em 30/11/2012

<http://sourceforge.net/projects/luzdosaber/> Pesquisado em 03/12/2012

http://pt.wikipedia.org/wiki/Quatro_Pilares_da_Educa%C3%A7%C3%A3o
Pesquisado em 10/12/2012

ANEXOS

ANEXO A - Fotos tiradas no laboratório de informática montado para as aulas do projeto.



Fonte: Própria

ANEXO B - Foto dos cinco computadores que estar instalado software do projeto para desenvolver com os educandos.



Fonte: Própria

ANEXO C - Computador do professor orientador (monitor).



Fonte: Própria